

n.º 44/99, de 11 de Junho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

6 — Método de selecção — a selecção dos candidatos será feita através de prova de conhecimentos prática. A prova de conhecimentos prática será pontuada de 0 a 20 valores.

Programa de provas:

Prova prática, que terá a duração de duas horas:

Construir, reproduzir e ou recuperar/restaurar elementos em madeira constituintes de equipamentos de parques infantis.

O sistema de classificação final constará de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

7 — Formalização — o interessado deverá utilizar, sob pena de exclusão, requerimento tipo, a obter na Divisão Municipal de Gestão de Pessoal ou através do site www.cm-gaia.pt, no qual deverão constar o nome do candidato, o estado civil, a naturalidade (freguesia e concelho), a residência (rua e número, código postal e localidade), o número de telefone, a data de nascimento, a filiação, as habilitações literárias, o número e a data do bilhete de identidade e o serviço de identificação que o emitiu, o número fiscal de contribuinte, referência ao concurso a que se candidata e declaração, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, da situação precisa em que se encontra relativamente a cada uma das alíneas do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e assinatura. Os candidatos deverão especificar no requerimento quaisquer circunstâncias que considerem passíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal, as quais, todavia, só serão tidas em consideração pelo júri se devidamente comprovadas.

Os requerimentos de admissão ao concurso deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

Declaração, passada e autenticada pelo organismo a que se encontra vinculado, donde constem a natureza do vínculo, a antiguidade na actual categoria, na carreira e na função pública e a classificação de serviço dos últimos seis anos.

Os funcionários pertencentes a estes serviços estão dispensados da apresentação da declaração.

8 — Os requerimentos de admissão ao concurso podem ser entregues pessoalmente ou remetidos pelo correio, em carta registada com aviso de recepção, endereçados à Divisão Municipal de Gestão de Pessoal da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Avenida da República, 4430 Vila Nova de Gaia. Consideram-se entregues dentro do prazo os requerimentos cujo aviso de recepção tenha sido expedido até ao termo do prazo fixado para a sua apresentação.

9 — A relação de candidatos e a lista de classificação serão afixadas, para consulta, na vitrina do corredor de acesso à Divisão Municipal de Gestão de Pessoal.

10 — Da exclusão do concurso cabe recurso hierárquico, a interpor no prazo de oito dias úteis para o presidente desta Câmara Municipal, de acordo com o Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

11 — Dando cumprimento do despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública e da Ministra para a Igualdade, declara-se que, em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

12 — O júri deste concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — Directora municipal de Obras e Equipamentos Municipais, Dr.ª Manuela Fernanda Rocha Garrido.

Vogais efectivos:

Directora do Departamento Municipal de Equipamentos e Espaços Públicos Municipais, engenheira Dora Paula Henriques Ferreira da Maia, que substituirá a presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

Chefe da Divisão Municipal de Jardins e Espaços de Lazer, arquitecta Maria Adelina Navais de Carvalho de Matos.

Vogais suplentes:

Chefe da Divisão Municipal de Gestão de Pessoal, Dr.ª Maria Alexandra Vilar Pinheiro Pimenta Ribeiro.

Chefe da Secção de Recrutamento e Selecção, Maria da Conceição Mendes dos Santos Carvalho.

16 de Outubro de 2006. — O Director Municipal de Administração Geral, por subdelegação de competências, *António Carlos Sousa Pinto*. 3000219808

Aviso

Torna-se público que, por despacho de 12 de Outubro de 2006 do vice-presidente, com delegação de competências, Dr. Marco António Costa, foi autorizada a reclassificação profissional do funcionário Jorge Afonso Moreira Lopes para a carreira técnica, nos termos do artigo 2.º e do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro.

16 de Outubro de 2006. — O Director Municipal, com delegação de competências, *A. Carlos Sousa Pinto*. 3000219798

Aviso

Torna-se público que, por meu despacho de 11 de Outubro de 2006, foi autorizada a nomeação definitiva da funcionária Carla Manuela Costa Gonçalves Seixas na carreira de técnica superior economista, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro.

17 de Outubro de 2006. — O Director Municipal de Administração Geral, com delegação de competências, *A. Carlos Sousa Pinto*. 3000219797

Aviso

Em cumprimento do disposto na alínea c) do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se pública a exoneração, a seu pedido, da funcionária desta autarquia Verónica da Conceição Correia Vieira, técnica profissional de animação sócio-cultural, com efeitos a partir de 30 de Outubro de 2006.

18 de Outubro de 2006. — O Director Municipal, por subdelegação de competências, *A. Carlos de Sousa Pinto*. 3000219799

Aviso

Torna-se público que, por meu despacho de 18 de Outubro de 2006, foi autorizada a nomeação definitiva do funcionário João Manuel Pinto da Cruz na carreira de apontador, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro.

24 de Outubro de 2006. — O Director Municipal de Administração Geral, com delegação de competências, *A. Carlos Sousa Pinto*. 3000219777

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE PAIVA

Aviso

Renovação de contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo

Torno público que, por meu despacho de renovação de 3 de Novembro de 2006, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2006, renovei, por mais um período de um ano, o contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo, celebrado em 1 de Dezembro de 2005, com efeitos a partir da mesma data, com Vítor Manuel Ferreira Marques, na categoria de técnico profissional de gestão e administração de 2.ª classe (escala 1, índice 199), do grupo de pessoal técnico-profissional, com fundamento na alínea h) do n.º 1 do artigo 9.º da

Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho. [Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, ao abrigo do artigo 114.º, n.º 3, alínea g), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

6 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel Marques Custódio*. 1000307812

Aviso

Nomeação de pessoal

Tomo público que, por meu despacho de 27 de Outubro do ano em curso, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2006, após concurso interno de acesso geral, aberto ao abrigo do n.º 1 do artigo 28.º, conjugado com os n.ºs 1 a 3 do artigo 6.º e do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, com aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 138, de 19 de Julho de 2006, após homologação por meu despacho de 26 de Outubro do ano em curso da acta do júri do concurso contendo a lista de classificação final, procedi à nomeação, nos termos do artigo 6.º, n.º 8, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na categoria de assistente administrativo principal, da carreira de assistente administrativo, do grupo de pessoal administrativo (escalão 1, índice 222), do quadro de pessoal desta Câmara Municipal, do único candidato admitido e aprovado no concurso, funcionário desta Câmara Municipal, Sr. Paulo David Pinto de Sousa Gomes, classificado com 13 valores.

O candidato nomeado deverá aceitar o lugar nos 20 dias imediatos ao da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

7 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel Marques Custódio*. 1000307813

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VIÇOSA

Edital n.º 85/2006

Faz saber que, de acordo com a proposta de classificação do imóvel e após emissão de parecer favorável do IPPAR — Instituto Português do Património Arquitectónico, a Assembleia Municipal de Vila Viçosa, em reunião do órgão realizada em 28 de Setembro de 2006, deliberou aprovar a classificação da Porta da Tapada, em São Bento, Vila Viçosa, como imóvel de interesse municipal, sob proposta aprovada pela Câmara Municipal, em reunião do órgão de 19 de Julho de 2006.

Para constar e legais efeitos faz-se público o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

6 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel João Fontainhas Condenado*. 1000307866

JUNTA DE FREGUESIA DE ALMACEDA

Edital

Brasão, bandeira e selo

José Afonso Antunes Custódio, presidente da Junta de Freguesia de Alameda, do município de Castelo Branco, torna pública a ordenação heráldica do brasão, bandeira e selo da freguesia de Alameda, do município de Castelo Branco, tendo em conta o parecer emitido em 6 de Abril de 2006 pela Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, e que foi estabelecido, nos termos da alínea q) do n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, sob proposta desta Junta de Freguesia, em sessão da Assembleia de Freguesia de 8 de Julho de 2006:

Brasão — escudo de ouro, bombo de vermelho com pele e cordões de prata, com sua baqueta de negro encabada de vermelho; alinhadas em orla, 10 pinhas de verde realçadas de prata. Coroa mural de prata de três torres. Listel branco, com a legenda a negro: «Alameda».

Bandeira — verde. Cordão e borlas de ouro e verde. Haste e lança de ouro.

Selo — nos termos da lei, com a legenda: «Junta de Freguesia de Alameda — Castelo Branco».

7 de Setembro de 2006. — O Presidente, *José Afonso Antunes Custódio*. 3000219754

JUNTA DE FREGUESIA DE FERREIRA DE AVES

Aviso

Para os devidos efeitos torna-se público que esta Junta de Freguesia, reunida no dia 10 de Setembro de 2006, deliberou disponibilizar a assistente administrativa Maria da Conceição Nóbrega Silva Chaves de Almeida para exercer funções idênticas no CDSS de Viseu, mediante acordo de cedência especial, ao abrigo do disposto no artigo 23.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho.

A referida funcionária cessou funções nesta Junta de Freguesia no dia 31 de Outubro de 2006.

7 de Novembro de 2006. — O Presidente, *José Luís Mendonça Vaz*. 1000307868

JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO DE NORDESTINHO

Aviso

Contrato de trabalho a termo resolutivo certo

Para os devidos efeitos torna-se público que esta Junta de Freguesia celebrou contrato de trabalho a termo resolutivo certo, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, pelo prazo de seis meses, com início em 24 de Julho de 2006, com José Carlos Barbosa Carreiro, auxiliar dos serviços gerais, escalão 1, índice 128. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

17 de Outubro de 2006. — Pelo Presidente, *Pedro Miguel Barbosa Correia*. 3000218341

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DO MONTIJO

Aviso

Para os devidos efeitos torna-se público que, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, e em conformidade com a deliberação tomada pelo conselho de administração dos Serviços Municipalizados na sua reunião realizada em 4 de Outubro de 2006, foi renovado por mais um ano o contrato de trabalho a termo resolutivo certo, celebrado em 5 de Maio de 2005, com Vanda Marisa Facote Gama Rendas na categoria de assistente administrativo.

26 de Outubro de 2006. — Pelo Presidente do Conselho de Administração, o Director-Delegado, *Vitor Martins Silva Rodrigues*. 1000307831

Aviso

Requisição

Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho de 28 de Setembro de 2006 da vereadora com competência delegada na área de recursos humanos da Câmara Municipal de Palmela, foi autorizada a requisição pelo período de um ano, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2006, do técnico superior principal do quadro daquela Câmara Carlos Manuel Pacheco de Oliveira Machado, nos termos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro.

27 de Outubro de 2006. — Pelo Presidente do Conselho de Administração, o Director-Delegado, *Vitor Rodrigues*. 1000307830